

O Marxismo negro: raça e classe na tradição caribenha

Matheus de Carvalho Barros*

Resumo:

O objetivo deste trabalho é fazer uma introdução ao chamado “marxismo negro”, trazendo a contribuição de intelectuais caribenhos que, a partir de um aporte marxista, pensaram os nexos entre colonialismo, racismo e capitalismo. A partir da análise das obras de Cyril James, Eric Williams, Walter Rodney e Frantz Fanon, objetivamos chamar ao debate temas que o marxismo hegemônico historicamente lidou com alguma dificuldade: o rompimento com o eurocentrismo, a análise do colonialismo, o desenvolvimento desigual das sociedades periféricas e, sobretudo, a questão relacional entre raça e classe. Além disso, acreditamos que esse panorama mais geral pode contribuir modestamente para divulgar uma tradição teórica e política pouco estudada nas ciências sociais brasileiras.

Palavras-chave: Marxismo Negro; Raça; Classe; Caribe; Descolonização.

Black Marxism: race and class in the Caribbean tradition

Abstract:

The objective of this work is to make an introduction to the so-called “black Marxism”, bringing the contribution of Caribbean intellectuals who, based on a Marxist contribution, thought about the links between colonialism, racism and capitalism, thus contributing to the process of decolonization from the capitalist periphery. Based on the works of Cyril James, Eric Williams, Walter Rodney and Frantz Fanon, we aim to bring to debate topics that hegemonic Marxism has historically dealt with with some difficulty: the break with Eurocentrism, the analysis of colonialism, the unequal development of peripheral societies and, above all, the relational issue between race and class. Furthermore, we believe that this more general overview can modestly contribute to disseminating a theoretical and political tradition that has been little studied in Brazilian social sciences.

Keywords: Black Marxism; Race; Class; Caribe; Decolonization.

DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v2i7150.69804>

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil. End. eletrônico: carvalho_barros@id.uff.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3895-3961>

Introdução

Nas últimas décadas, tornou-se comum – sobretudo a partir das teorias decoloniais – a crítica de que Karl Marx e sua tradição teórica seriam intrinsecamente eurocêntricos e insensíveis às particularidades da realidade concreta das sociedades não ocidentais, não se atentando, ou pelo menos não de forma satisfatória, às questões nacional, étnica e racial, por exemplo Moore (2010) e Lander (2007). Entretanto, alguns pesquisadores e pesquisadoras têm contribuído para desmistificar essa visão limitadora e determinista sobre o filósofo alemão e o conjunto do materialismo histórico (Anderson, 2016; Tible; 2020; Musto, 2018).

As críticas ao marxismo tendem a ignorar justamente a capacidade do materialismo histórico para se modificar e se refinar a partir da experiência concreta. Acreditamos que a “adaptabilidade” da tradição oriunda de Marx permite que o seu arsenal teórico seja capaz de pensar e explicar satisfatoriamente categorias e problematizações alheias ao contexto europeu, a partir da sua confrontação com outras realidades históricas e geográficas (Mitrovic; León, 2022).

Nesse contexto, as discussões sobre as possibilidades, ou não, de apreendermos a complexidade do racismo tendo como aporte teórico o marxismo, por exemplo, bem como sobre a relação, ou não, entre raça e classe, têm sido amplamente pautadas.

Se em Marx o proletariado urbano é por excelência o sujeito histórico da revolução, aqui no Continente Americano – cuja persistência do colonialismo e as heranças da ordem escravocrata ainda estão, em alguma medida, vivas entre nós – estariam os elementos necessários para atribuir aos negros e aos indígenas o status de agentes por excelência das transformações radicais capazes de destruir a ordem burguesa (Santos, 2020). Por serem os grupos mais explorados e subalternizados, o protagonismo do negro e dos povos indígenas apresenta-se como fundamental na luta emancipatória contra o colonialismo e o capitalismo vigentes.

O objetivo deste trabalho é fazer uma introdução ao chamado “marxismo negro”, trazendo a contribuição de intelectuais e ativistas caribenhos que, a partir de um aporte marxista, pensaram os nexos intrínsecos entre colonialismo, racismo e capitalismo, contribuindo, desta forma, para o processo de descolonização teórica e política da periferia capitalista. A questão central é chamar ao debate temas que o marxismo Ocidental historicamente lidou com alguma dificuldade: o rompimento com o eurocentrismo, a questão colonial e, sobretudo, a questão relacional entre raça e classe. Nesse sentido, a análise será centrada na persistência colonialismo, no desenvolvimento desigual das sociedades periféricas e no papel dos sujeitos racializados enquanto protagonistas por excelência das transformações radicais.

É importante ressaltar que, tendo em vista os limites deste trabalho, não temos a intenção e nem condições de esgotar esse debate que é tão amplo e complexo. O objetivo é discorrer sobre esses temas a partir das contribuições de

alguns dos personagens mais importantes do chamado “Marxismo Negro” como: C.L.R. James, Eric Williams, Walter Rodney e Frantz Fanon. Acreditamos que esse panorama mais geral pode contribuir modestamente para divulgar uma tradição teórica e política pouco conhecida e estudada nas ciências sociais brasileiras.

O pensamento crítico caribenho e o “marxismo negro”

O Pensamento Social Crítico dos últimos cinquenta anos na região do Caribe foi marcado por uma produção extensa e, provavelmente, a de maior relevância na história intelectual desta pequena, porém intensa região de “Nuestra America” (García, 2017).

As crises da Europa posteriores a Segunda Guerra Mundial, o auge da Guerra Fria, o início do processo de descolonização na Ásia e na África, o triunfo da Revolução Cubana e o papel hegemônico dos Estados Unidos colocavam no mesmo contexto as preocupações de intelectuais Antilhanos como Marcus Garvey, George Padmore, C.L.R James, Eric Williams, Aimé Césaire, Frantz Fanon e Walter Rodney. Esses ativistas e intelectuais foram os pilares dos processos disruptivos iniciados ainda nos anos 1940, convertendo-se em fundadores de perspectivas críticas e emancipadoras do mundo colonial. A experiência caribenha e a crítica realizada pelos seus intelectuais foram essências para os processos de descolonização – não apenas na região do Caribe, mas também no continente africano - e para o enfrentamento da segregação racial no sul dos Estados Unidos (Pico, 2020; Pinto, 2020).

Dentro do universo do pensamento descolonizador do Caribe, o autor espanhol Daniel Pico analisa uma corrente específica que teria se destacado no século XX: o *Marxismo Negro*. Segundo Pico (2020), essa corrente intelectual e política se notabilizou por refletir sobre as contradições da experiência de vida da população negra da região caribenha a partir de uma perspectiva marxista. Mas é mais do que isso. Ao enfatizar o estudo do racismo, esse empreendimento teórico acaba combatendo as tendências eurocêtricas presentes na maioria das correntes do chamado “marxismo ocidental”, que não trataram de entender a questão racial em toda a sua complexidade, muito provavelmente por não ser uma experiência própria da maioria do proletariado europeu. Nessa perspectiva, o marxismo negro se origina do esforço em mostrar como tanto na teoria quanto na prática, a raça e a classe não são elementos antagônicos, mas sim complementares e inseparáveis.

Como bem destaca Pico (2020), no marxismo negro é a teoria marxista que se adapta e se transforma para analisar a história e as experiências de vida da população negra, e não ao contrário, tomando o “negro” um significado epistemológico que está para além da cor da pele de quem teoriza. Sendo assim, em consonância com os argumentos do autor espanhol, Ramon Grosfoguel define o marxismo negro da seguinte maneira:

Em resumo, o que define o marxismo negro não é a cor da pele do autor, mas sim as teorias que nascem do pensamento crítico que se produz a partir do empreendimento de teorizar a articulação entre dominação racial e a exploração de classe desde a experiência vivida pelos corpos negros no mundo dos brancos (Grosfoguel, 2018, p. 9).

Uma das questões fundamentais para compreender a abordagem do marxismo negro é entender o conceito de raça utilizado por seus autores. Segundo Grosfoguel (2018), ao contrário da propaganda pseudocientífica burguesa, a raça não é compreendida aqui em um sentido supostamente biológico que determina graus de superioridade e inferioridade entre os seres humanos. Dentro desta tradição teórica, a raça é compreendida como uma construção ideológica que legitima uma hierarquização de caráter fundamentalmente econômico, fazendo com que o valor da força de trabalho da maioria da população não-branca seja menor do que o valor da força de trabalho da população considerada como branca. Seguindo as orientações de Ruy Mauro Marini (2017), poderíamos dizer, então, que a maior parte da classe trabalhadora não-branca é “superexplorada”.

Como bem destacam Williams (2012), Rodney (1975) e James (2010), de um ponto de vista histórico, a divisão racial do trabalho aparece ligada à história do capitalismo desde a suas origens como um elemento fundamental para seu surgimento e seu desenvolvimento como um sistema mundial. Se por um lado, a divisão racial do trabalho serviu para justificar a escravização e superexploração de grandes grupos humanos - como foi o caso da população negra nas plantações do Caribe, cujo trabalho foi um pilar imprescindível para alavancar a revolução industrial inglesa -, por outro lado, a hierarquização da classe trabalhadora feita através de uma chave racial, permite estabelecer interesses distintos no interior desta mesma classe, o que dificulta sua ação política como classe unificada, já que os trabalhadores classificados como brancos se beneficiam em parte da superexploração dos “negros”.

Desta forma, no interior desta tradição teórica, a raça não é entendida somente como um problema “superestrutural”, mas sim como um princípio estrutural organizador da economia política capitalista que determina qual fração da população mundial pode ser superexplorada (Grosfoguel, 2018). Significa dizer então, dentro de uma lógica marxista, que se há uma “ideologia racista”, é porque existe previamente uma “estrutura racista”. Como Pico (2020) chama a atenção, a ideologia racista, aperfeiçoada no século XIX pelos estudos pseudocientíficos como os de Karl Vogt ou Hebert Risley, é precedida por vários séculos de divisão social do trabalho baseado em critérios raciais. Ou seja, isso significa dizer que a divisão social do trabalho precede e é o fundamento da emergência do racismo enquanto uma ideologia que busca legitimar esta realidade.

Colonialismo e o desenvolvimento desigual

Utilizado para a elucidação das relações de dominação na América Latina e no Caribe, o conceito de colonialismo foi retomado com força a partir da influência que as lutas pela independência nos países africanos e asiáticos exerceram acerca da consciência de um Terceiro Mundo. Esses acontecimentos tiveram uma repercussão importante, sobretudo na esquerda caribenha, ao despertar um debate sobre relações coloniais na região (Silveira, 2018).

Nas principais obras dos autores que vamos analisar – *Os Jacobinos Negros* (1938), de Cyril James, *Capitalismo e Escravidão* (1944), de Eric Williams, *Os condenados da terra* (1961), de Frantz Fanon e *Como a Europa subdesenvolveu a África* (1972), de Walter Rodney – são destacados os limites estruturais dos processos de independência, a consequente persistência do colonialismo, assim como se lança a base para se pensar o chamado argumento pós-colonial e decolonial das décadas seguintes.

A questão do colonialismo é recuperada e denuncia-se a sua permanência na continente americano, atuando não apenas nas relações externas, mas também internamente. Trata-se inclusive do conceito de “colonialismo interno”, que procurará explicar as relações de domínio e exploração por parte das elites brancas com relação às populações racialmente discriminadas em termos de permanência de relações coloniais. Como nos demonstra Silveira (2018), os Estados de origem colonial e suas classes e etnias/raças dominantes atualizaram as relações coloniais de dominação sobre minorias raciais que se encontram no interior de suas fronteiras políticas, operando também no terreno econômico, social e cultural.

Nesse contexto, um tema fundamental para se compreender as especificidades do desenvolvimento desigual do continente Americano e a persistência de estruturas coloniais, é a questão da escravidão e sua relação umbilical com o capitalismo. Nesse aspecto, a contribuição de Eric Williams¹ (1911-1981) é imprescindível.

Segundo Rafael Marquese (2012), a pesquisa que Eric Williams desenvolveu ao longo de seu doutorado, ao focar os fatores econômicos na abolição do tráfico transatlântico de escravos e da escravidão negra no império britânico, afastou-se dos cânones de interpretação então vigentes sobre aquele processo. Se a publicação de *Jacobinos negros*² em 1938 na Inglaterra rompeu com o silêncio reinante acerca do

¹ Eric Eustacio Williams nasceu na colônia de Trinidad e Tobago em 1911. Primogênito de onze irmãos, filho de um modesto funcionário dos correios locais, sua infância foi marcada por grandes privações, o que não o impediu de se destacar como ótimo estudante na escola primária. Aos onze anos, obteve uma bolsa para estudar no Queen's Royal College, em Porto de Espanha, um dos raros canais de ascensão social via educação abertos à população negra pobre da colônia. Para uma análise mais sistemática da trajetória de Williams ver: Marquese (2012) e Pico (2020).

² A obra de Cyril James será analisada mais adiante.

Haiti na historiografia, a pesquisa empreendida por Williams irá desafiar a literatura dominante ao expor os nexos intrínsecos entre a escravização dos povos africanos e o desenvolvimento do capitalismo.

Wagner Damasceno (2020) argumenta que em 1944, Eric Williams publicou a pesquisa historiográfica mais consistente sobre a escravidão no Caribe de seu tempo. Negro e marxista, no entanto, Williams teria recebido em resposta à sua obra um incomodo silêncio acadêmico. Na esteira deste argumento, Pico (2020) também ressalta que, de fato, *Capitalismo e Escravidão* desafiava o establishment de Oxford e, por extensão, toda a ideologia imperial britânica. O estilo irônico e a organização esquemática, não necessariamente cronológica dos capítulos do livro, demonstravam que Williams abandonara os padrões de uma tese acadêmica buscando uma maneira de atingir diretamente os leitores caribenhos, auxiliando-os a fundar politicamente o nacionalismo.

No prefácio do seu livro, Williams (2012) deixa claro que o objetivo da obra é uma tentativa de colocar em perspectiva histórica a relação entre a formação do capitalismo – exemplificado pela Grã-Bretanha –, o tráfico de escravos negros e o comércio colonial entre os séculos XVII e XVIII. Nesse sentido, o historiador de Trinidad deixa claro que seu livro não é um ensaio de ideias ou interpretação, mas estritamente “um estudo econômico do papel da escravidão negra e do tráfico de escravos na constituição do capital que financiou a Revolução Industrial na Inglaterra” (Williams, 2012, p. 1). A pesquisa empreendida por Williams não é necessariamente um estudo da instituição da escravidão, “mas da contribuição da escravatura para o desenvolvimento do capitalismo britânico” (Williams, 2012, p. 1).

Portanto, a originalidade da obra de Williams é demonstrar o vínculo umbilical entre capitalismo, escravidão e racismo. Segundo o historiador de Trinidad:

A escravidão no Caribe tem sido identificada com o negro de uma forma demasiado estreita. Com isso deu-se a uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no novo mundo foi vermelho, branco e amarelo; católica, protestante e pagão (Williams, 2012, p. 34).

Segundo Eric Williams, o estabelecimento do trabalho escravo obedeceu às causas econômicas, já que a mão de obra do negro escravizado geraria mais lucros para os senhores: “o dinheiro por dez anos de serviço de um branco comprava toda a vida de um negro” (Williams, 2012, p. 50). Nesse sentido, o autor afirma:

Eis aí, portanto, a origem da escravidão negra. A razão foi econômica, não racial; não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra.

Comparada ao trabalho indígena e branco, a escravidão negra era muito superior [...] Suas feições, o cabelo, a cor e dentição, suas características “sub-humanas” tão amplamente invocadas, não passaram de racionalização posterior para justificar um fato econômico simples: as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque era o melhor e o mais barato. Não era uma teoria; era uma conclusão prática extraída da experiência pessoal do fazendeiro. Ele iria até a lua se precisasse, para conseguir mão de obra. A África ficava mais perto do que a lua, mais perto também do que as terras mais populosas da Índia e da China. Mas estas também teriam a sua vez (Williams, 2012, p. 50-51).

As conclusões de Eric Williams demonstram que a escravidão negra no capitalismo não foi uma escolha “raciológica”, mas sim econômica. Desta forma, segundo Damasceno (2020), as conclusões de Williams ampliam as análises marxianas sobre a acumulação primitiva presentes em *O Capital*.

Uma outra importante referência para pensarmos a articulação entre capitalismo, colonialismo e suas heranças estruturais para as sociedades periféricas, é Walter Rodney ³ (1942-1980) e seu clássico *Como a Europa subdesenvolveu a África* ⁴, publicado em 1972. O uso criativo do marxismo aliado a um vasto e notável conhecimento sobre a história do continente africano permitiu a Rodney formular um conceito original de desenvolvimento e uma interpretação singular dos processos históricos. O desafio de pensar a partir da África o problema do “subdesenvolvimento” – tema que ocupou a agenda teórica e política de parte significativa da esquerda no Sul global, bem como a de organismos internacionais nos anos 1960 e 1970 – obrigou o autor a ampliar os marcos temporais de sua investigação para o período anterior à era moderna, a fim de demonstrar como o grande continente havia se desenvolvido e contribuído para o florescimento do capitalismo europeu.

Esse deslocamento lhe permitiu compreender que os processos históricos têm ritmos diferentes e desiguais e não conformam estágios uniformes de evolução da organização social. Essa imersão na história também foi fundamental para

³ Walter Anthony Rodney nasceu em Georgetown (Guiana) em uma família de classe trabalhadora imersa na vida política, fruto da união do alfaiate Edward Percival com a costureira Pauline Rodney. Nos anos de 1940, seu pai foi um militante ativo do movimento nacionalista People's Progressive Party, liderado pelo indo-guyanês Cheddi Jagan, que exerceu um papel fundamental na luta anti-imperialista e na história política recente da Guiana independente. Para uma análise mais sistemática sobre a vida e a obra de Rodney ver: Hernandez (2018) e Pico (2020).

⁴ No final de 2022, a editora Boitempo publicou a primeira versão brasileira do clássico de Walter Rodney.

explicitar a importância do colonialismo e da escravidão moderna para o subdesenvolvimento das sociedades africanas.

Como a Europa subdesenvolveu a África foi publicado na década de 1970, se configurando como um dos estudos pioneiros sobre a história da África numa perspectiva marxista, apontando para soluções práticas no sentido de combater o atraso econômico e político do continente (Cavilka, 2021). A obra de Rodney é marcada por uma escrita que carrega a sua rigorosidade analítica, mas ao mesmo tempo é acessível ao público não acadêmico.

No prefácio de sua obra, o historiador guianês esclarece que “este livro nasce de uma preocupação com a situação africana contemporânea. Ele investiga o passado apenas porque, sem isso, seria impossível entender como o presente se manifesta e quais são as tendências para o futuro próximo” (Rodney, 2022, p. 13). Destaca que, para se compreender aquilo que é chamado de “subdesenvolvimento”, os limites de seus estudos tiveram que ser estabelecidos entre o século XV e o fim do período colonial.

Tendo em vista que a maioria dos países africanos já havia conquistado sua independência política, o problema de saída era explicar o porquê de esses países seguirem com o desenvolvimento econômico extremamente baixo, se comparado ao Ocidente europeu. Rodney ressalta que o objetivo fundamental de sua obra é contribuir de algum modo “para reforçar a conclusão de que o desenvolvimento africano só é possível a partir de uma ruptura radical com o sistema capitalista internacional, que tem sido o principal fator do subdesenvolvimento da África nestes últimos cinco séculos” (Rodney, 2022, p. 13). Desta forma, o propósito foi mais “tentar chegar às pessoas africanas que buscam se aprofundar na natureza da exploração que as atinge em vez de satisfazer os “padrões” estabelecidos por nossos opressores e seus porta-vozes no mundo acadêmico” (Rodney, 2022, p. 14).

Segundo Roberto Hernandez (2018), o trabalho de Rodney se insere na Tradição caribenha de reconstruir a história não a partir do relato do opressor, mas sim desde o ponto de vista dos “condenados da terra”, da mesma forma que *Os Jacobinos Negros* de Cyril James e *Capitalismo e Escravidão* de Eric Williams e *Os condenados da terra* de Frantz Fanon. O historiador da Guiana analisou a economia, política e a cultura tendo um marxismo criativo e fecundo como metodologia. Buscou sempre a totalidade dos aspectos da vida social tendo em vista as lutas, as contradições infra-africanas, infra-europeias e entre africanos e europeus de sorte a refletir sobre o desenvolvimento tecnológico, as relações de poder, a persistência do colonialismo, os limites e as possibilidades advindas do encontro de sistemas sociais distintos.

Entretanto, a análise sobre o colonialismo teve sua expressão mais radical e complexa no pensamento do martinicano Frantz Fanon⁵. A revisão de sua tese de doutorado em psiquiatria dará origem ao célebre *Pele negra, máscaras brancas* (1952), livro que marcaria a história dos estudos sobre racismo ao ser retomado por intelectuais ingleses na década de 1980, na chamada virada pós-colonial. Nesta obra, Fanon apropria-se dos clássicos da psicologia, filosofia, sociologia e mesmo da literatura, buscando nas relações sociais a explicação para as *alienações psíquicas*. Segundo Deivison Faustino (2013), vale ressaltar que a alienação para o psiquiatra da Martinica não se resumia, como ocorre no senso comum, a uma falta de conhecimento sobre algo ou sobre si, mas sim, a uma *perda de si* ou da capacidade – implicada em situações sociais concretas – de se autodeterminar como indivíduo ou grupo social, subordinado ao colonialismo.

Mas o que seria o colonialismo para o intelectual orgânico da Frente de Libertação Nacional da Argélia⁶? Na obra publicada em 1952, o autor da Martinica argumenta que o “hábito de considerar o racismo como uma disposição do espírito, ou como uma tara psicológica, deve ser abandonado” (Fanon, 2008, p. 42) para dar lugar a uma análise que considere “a medida em que as coisas, no sentido mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares (Fanon, 2008, p. 29). Isto significa, que ele analisa o racismo e a racialização, bem como seus efeitos subjetivos, como parte do complexo colonial capitalista. É nesse sentido que o martinicano argumenta em *Pele negra, máscaras brancas* que: “a análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciências das realidades econômicas e sociais (Fanon, 2008, p. 28).

O empreendimento colonial não se resume a um confronto de culturas, ao contrário, materializa-se a partir da asfixia, dismantelamento, e substituição violenta dos modos e relações de produção pré-existentes em determinados territórios em função dos interesses metropolitanos de acumulação de capitais. Desta forma, o colonialismo é para Fanon, tal como em Marx, uma forma de exploração econômica particular baseada, essencialmente, no “emprego das forças armadas” (Faustino, 2021).

Todavia, alerta Fanon, “não é possível subjugar homens sem logicamente os inferiorizar de um lado a outro” (Fanon, 2008, p. 41). Este “negócio comercial

⁵ O psiquiatra Frantz Omar Fanon nasceu em julho de 1925, no seio de uma família de classe média em Forte France, Martinica, região francesa no Caribe. A Martinica ainda hoje é considerada um departamento ultramarino insular francês. Fanon morreu de leucemia, em 1961, com apenas 36 anos. Para uma análise mais sistemática sobre a vida e a obra de Frantz Fanon, ver Faustino (2013; 2018; 2021).

⁶ A Frente de Libertação Nacional foi um partido nacionalista argelino. Criada em primeiro de novembro de 1954 como uma fusão de pequenos partidos, com o objetivo de conquistar a independência da Argélia frente à França.

gigantesco” cria nas colônias um mundo violentamente “cindido em dois” (Fanon, 2010, p. 55), onde a fronteira entre quem domina e quem é dominado é de tal forma demarcada que o sistema não se sustentaria sem a existência de poderosos mecanismos de coerção e legitimação. Apontando pioneiramente para esse tipo de estranhamento, Marx afirmou que “um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se torna escravo” (Marx, 2010, p. 45). Fanon, porém, vai mais adiante e sugere que é apenas em determinadas circunstâncias que uma pessoa se torna negra, aliás, como afirmou, “é o branco que cria o negro (*negre*)” (FANON, 1968, p. 32) no exato momento em que não reconhece a sua humanidade.

Portanto, em Fanon, só é possível compreender a constituição do colonialismo e suas implicações traumáticas para a subjetividade do colonizado, se tomarmos em conta as suas determinações históricas concretas, ou seja, a modernidade capitalista e sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação.

Neste contexto, o autor argumenta que, para se compreender as especificidades do mundo colonial, as análises marxistas devem ser “estendidas”:

Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial (Fanon, 2010, p. 56).

Sendo assim, o revolucionário da Martinica não seria adepto das teorias que advogam que a luta de classes não diz respeito ao continente africano. Pelo contrário, é exatamente pela sua centralidade, que a realidade particular dos países africanos deve ser considerada, sob o risco de se ver fracassar qualquer projeto político, econômico e social alternativo.

Os “condenados da terra” na vanguarda da história

No interior da tradição crítica caribenha, provavelmente a expressão mais importante sobre o protagonismo dos sujeitos racializados seja o livro *Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*, de C.L.R James⁷, publicado em 1938.

⁷ Cyril Lionel Robert James nasceu em Trinidad e Tobago no ano de 1901. O marxista caribenho foi um dos pensadores críticos mais importantes de todo o século XX e quiçá a figura mais proeminente do pensamento crítico das Antilhas Anglófonas e do Caribe em geral. Sua obra tem

No prefácio do livro, James relembra qual foi sua intenção ao escrevê-lo:

Os Jacobinos Negros foram publicados pela primeira vez na Inglaterra em 1938, mas eu já havia escrito sobre o mesmo assunto antes de deixar Trinidad em 1932. A ideia me acompanhava havia algum tempo. Estava cansado de ler e de ouvir a respeito das perseguições e da opressão aos africanos na África, na Rota do Meio, nos Estados Unidos e em todo Caribe. Convenci-me da necessidade de escrever um livro no qual assinalaria que os africanos ou os seus descendentes, em vez de serem constantemente o objeto da exploração e da feridade de outros povos, estariam eles mesmos agindo em larga escala a moldando outras gentes de acordo com as suas próprias necessidades (James, 2010, p.11).

Segundo Pico (2020), esta obra de James está atravessada por uma perspectiva global tão característica da produção artística e intelectual do Caribe. Desde um primeiro momento, a revolução de São Domingos (atual Haiti) é analisada em relação aos acontecimentos mundiais do seu tempo com especial ênfase para a revolução francesa. Em um brilhante golpe contra o eurocentrismo, o marxista de Trinidad situa com mais força que nunca as Antilhas e os escravos afrodescendentes como parte fundamental da história do mundo moderno.

Na esteira desta argumentação, Valter Zanin (2020) ressalta que a obra de C.L.R James atribuiu o papel de protagonistas ativos das transformações da modernidade aos escravos afro-americanos, que até então apareciam como sujeitos passivos e meras vítimas ou mesmo figuras que nem sequer apareciam nas narrativas e análises do mundo moderno.

É importante destacar que, por mais que o objeto de análise de *Jacobinos negros* seja a revolução dos escravos na ilha de São Domingos na virada dos séculos XVIII e XIX, o que James tinha em mente ao escrever sua obra mais famosa era o incipiente processo de descolonização na África. Além disso, tendo em vista a lição do processo revolucionário liderado por Toussaint L'Ouverture, a intenção era reiterar que a emancipação da África deve ser obra das próprias massas exploradas africanas.

Um dos argumentos centrais de C.L.R James (2010) demonstra que os trabalhadores produtivos das colônias, emancipando-se de sua correntes, impulsionaram os *sans-culottes* e a plebe metropolitana, apoiando e formulando ideias e práticas que iam além das concepções políticas vigentes da democracia burguesa. Ou seja, o que James (2010) quer dizer é que, se não fosse a Revolução de São

sido cada vez mais estudada e recuperada por diferentes perspectivas devido à abrangência das temáticas que abordou. Para uma análise mais sistemática sobre a vida e a obra de James ver: Pico (2020), Robinson (2021) e Zanin (2020).

Domingos, os direitos humanos não teriam se aplicado aos escravos, como tinha acontecido nos EUA. Os escravos insurgentes teriam sido, portanto, não apenas fundamentais para o processo de radicalização do período jacobino, mas também os verdadeiros responsáveis pela universalização dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade proclamados na França em 1789.

Cyril James sempre ressaltou a necessidade do reconhecimento não só da importância da questão racial na luta da classe trabalhadora, como também da sua radicalidade e potencial revolucionário. O marxista de Trinidad é enfático ao afirmar que os negros “eram ou são tão revolucionários quanto qualquer outro grupo social oprimido” (James *apud* Mota; Domingues, 2021, p. 217). Sendo assim, caberia aos marxistas enxergarem o protagonismo desempenhado por esse segmento populacional na transformação da sociedade ocidental. James não ocultava seu otimismo quanto ao papel proativo que seria desempenhado pela população negra na construção do projeto revolucionário: “na África, na América, no Caribe, em uma escala nacional e internacional, os milhões de negros erguerão suas cabeças, deixarão de estar ajoelhados, e escreverão alguns dos mais massivos e brilhantes capítulos da história do socialismo revolucionário” (James *apud* Mota; Domingues, 2021, p. 217). Para Cyril James, a revolução socialista cumpriria o papel “redentor”, na medida em que teria o poder de eliminar não só o capitalismo, como também um de seus colorários: a opressão racial.

Considerações finais

Após essa breve incursão e introdução sobre esses autores, argumentamos que o chamado “marxismo negro” tem que ser considerado como um movimento de recepção, aclimação e até mesmo reinvenção crítica dos postulados marxistas dentro das tradições históricas das lutas dos movimentos negros.

E apesar de suas especificidades, acreditamos que o “marxismo negro” deve ser incluído como parte de uma tradição muito mais ampla que poderíamos chamar de “marxismo do sul-global” ou até mesmo “marxismo anti-colonial”, sendo o “sul” uma metáfora para se pensar a desigualdade sistêmica da maioria dos países do mundo. Neste campo estão presentes diferentes personagens e versões descolonizadoras do marxismo, como Mariátegui, Amílcar Cabral, Ernesto Guevara, Ruy Mauro Marini, Clóvis Moura, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes.

Portanto, enquanto maior parte do marxismo ocidental construiu suas propostas e teorias a partir da experiência histórico-social de uma pequena parte do mundo, o que estamos chamando de “marxismo anti-colonial” teoriza a partir da experiência concreta da maioria da população mundial, utilizando o materialismo histórico como ferramenta para compreender aspectos cruciais do capitalismo – que historicamente não foram abordados em sua complexidade pelas tradições

eurocênticas – como a sua dimensão global, a situação colonial, a questão de gênero e, sobretudo, a relação entre raça e classe.

Acreditamos que trazer as contribuições de Cyril James, Eric Williams, Walter Rodney e Frantz Fanon sobre o colonialismo e a agência dos sujeitos racializados, é fundamental para demonstrar como a articulação entre raça e classe é um imperativo não apenas para a compreensão da realidade social, mas, sobretudo, um fator imprescindível para qualquer projeto de emancipação social na periferia do mundo. A partir da ótica dos “condenados da terra” esses autores construíram um pensamento crítico descolonizador, destinado não apenas a combater a narrativa eurocêntrica sobre o desenvolvimento da modernidade, mas também conformado pela necessidade da construção de uma *práxis* radical de libertação dos povos oprimidos pela dominação colonial e imperialista.

Referências

- ANDERSON, Kevin B. *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CAVLAK, Iuri. Walter Rodney: intelectual socialista e historiador da África. *Revista Eletrônica Da ANPHLAC*, Macapá, vol. 21, n. 30, p. 365-383, 2021.
- DAMASCENO, Wagner Miquéias. *Racismo, escravidão e capitalismo no Brasil: uma abordagem marxista*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, 2020.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2010.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.
- FAUSTINO, Deivison. Muito além do discurso: a relação entre colonialismo, capitalismo e racismo no pensamento de Frantz Fanon. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico; DA SILVA, Jair Batista (Orgs.). *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista*. Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021.
- _____. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, Brasília, vol. 20, n. 42, p. 148-163, 2018.
- _____. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*, Universidade Estadual de Londrina, 2013.
- GARCÍA, Félix Valdés. Introdução. In: WYNTER, Sylvia et al. *Antología del pensamiento crítico caribeño*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- GROSGOUEL, Ramon. ¿Negros marxistas o marxismos negros?: una mirada descolonial. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 28, p. 11-22, 2018.

- HERNÁNDEZ, Roberto Almanza. El marxismo afrocaribeño como un humanismo de la praxis. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 42, p. 187-208, 2022.
- _____. Cuando los leones hacen la historia: el marxismo negro de Walter Rodney. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 28, p. 79-105, 2018.
- JAMES, Cyril. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORÓN, Atílio (org). *Teoria marxista hoje – Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Prefácio. In: *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- MOTA, Iacy; DOMINGUES, Petrônio. Tradição negra radical e marxismo: C.L.R James e a revolução de São Domingos. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico; DA SILVA, Jair Batista (Orgs.). *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista*. Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021.
- MITROVIC, Mijail; LEÓN, Sebastián. Raza y clase en el materialismo histórico: notas sobre a América Latina. *Pacha. Revista de Estudios Contemporáneos Del Sur Global*, Quito, vol. 3, n.7, e21089, 2022.
- MOORE, Carlos. *O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friederich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010.
- MUSTO, Marcello. *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PICO, Daniel Montañez. *Marxismo negro: Pensamiento descolonizador del Caribe anglófono*. Madrid: Ediciones Akal/ Inter Pares, 2020.
- PINTO, Simone Rodrigues. *Pensamento (teoria) social e político latino-americano e caribenho*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Serra Nova: Lisboa, 1975.
- ROBINSON, CEDRIC. *Marxismo negro: la formación de la tradición radical negra*. Madrid: Editorial Traficante de Sueños, 2021.
- SANTOS, Patrick Silva dos. O negro na revolução socialista brasileira: uma análise das expectativas de Florestan Fernandes. *Mosaico*, Rio de Janeiro, vol.12, n. 19, p.7-31, 2020.
- SILVEIRA, Maria de Fátima. O autêntico e fechado mundo dos brancos: notas sobre a articulação entre classe e raça no pensamento de Florestan Fernandes. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico; DA SILVA, Jair Batista *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista*. Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021.

_____. *Da invisibilidade ao protagonismo: Florestan Fernandes no Pensamento Social Latino-americano*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo, 2018.

TIBBLE, Jean. *Marx Selvagem*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ZANIN, Valter. Introdução à obra e à vida de C.L.R James. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n.58, p. 195-225, 2020.